

Economia Verde e desenvolvimento sustentável

2012 . Ano 9 . Edição 72 - 15/06/2012

Jorge Hargrave e Sandra Paulsen



Economia verde é uma economia na qual a finitude dos recursos naturais, os serviços ecossistêmicos e os limites planetários dados pela ciência são levados em consideração e constituem marcos claros dentro dos quais as atividades de produção, distribuição e consumo poderão ter lugar. Numa economia verde os serviços dos ecossistemas são considerados nos processos de tomada de decisões, as externalidades ambientais são internalizadas e questões como mudança do clima, escassez dos recursos naturais, eficiência energética e justiça social são elementos centrais e orientadores do comportamento dos agentes.

Diferente disso, desenvolvimento sustentável é um conceito mais amplo e abstrato, que aponta princípios a serem seguidos; quase um protocolo de boas intenções. Assim, a economia verde seria uma forma mais concreta de modificar as economias dos países para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável; uma maneira de implementar os princípios da sustentabilidade no desenvolvimento econômico.

A transição para uma economia verde não é uma opção, mas uma tendência da economia mundial. Seus propulsores são tanto mudanças regulatórias que modificam os preços relativos do uso de recursos (e.g. mercados de carbono), quanto a mudança de atitude dos consumidores – tendência que já se verifica no norte da Europa por exemplo. Desse modo, ela se concretiza não só em termos de necessidades de adaptação a novas regulações, mas também em oportunidades de novos negócios.

Ao contrário do que muitos argumentam, a economia verde não é um caminho único e não vai contra o direito ao desenvolvimento. As estratégias nacionais podem e devem ser diferentes entre si e devem estar baseadas nas dotações de recursos naturais, humanos e de capital existentes em cada país. Ao invés de resistir a novas tecnologias e padrões de produção, os países deveriam avançar e descobrir nichos nos quais se aperfeiçoar e basear sua estratégia de desenvolvimento dentro desse novo modelo. O Brasil, por exemplo, deveria, além de esverdear sua economia, aproveitar estrategicamente características de sua economia que já seguem essa tendência – como é o caso da matriz energética com baixa intensidade de carbono.

Usando o consumo *per capita* ou a pegada ecológica como *proxies* para o impacto dos países no meio ambiente, vê-se que o impacto dos países mais desenvolvidos é muito maior do que a dos em desenvolvimento. Assim, a economia verde deveria levar à redução das pegadas ecológicas dos países ricos e a um caminho pelo qual países em desenvolvimento poderiam se desenvolver sem ter que passar pela atual pegada ecológica dos países ricos.

Alguns pontos deveriam ser prioritários numa estratégia de economia verde global: a) a centralidade dos conceitos de pegada ecológica (ou alguma variante) e biocapacidade,

que mostrem o impacto ambiental não apenas dos padrões de produção, mas também do consumo em cada país; b) pagamentos de serviços ecossistêmicos em nível internacional; c) esquemas nacionais e internacionais de financiamento e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de setores baseados na economia verde; d) algum tipo de precificação do carbono e) eliminação de subsídios perversos, por exemplo, aos combustíveis fósseis.

Nesse contexto, o papel da educação também será central – tanto da educação ambiental, quanto do sistema educacional como um todo. Uma economia verde e novos padrões de produção, distribuição e consumo exigem cidadãos bem formados e informados. Os setores de alta tecnologia requerem mão de obra qualificada nos diferentes níveis (superior, técnico e profissionalizante) e uma educação básica de qualidade que forme cidadãos conscientes, críticos e com capacidade de resolver problemas. Da mesma forma, certificação ambiental, e campanhas informativas são políticas essenciais para promover mudanças no comportamento dos agentes econômicos.

Não pode haver sustentabilidade do desenvolvimento econômico sem manutenção, ao longo do tempo, da base de capital a partir da qual a economia produz. Numa economia verde, os capitais físico, social, humano e natural devem ser preservados para as gerações futuras. Como não há possibilidade de substituição absoluta entre os diferentes tipos de capital, e na medida em que o capital natural passe a representar uma restrição ao crescimento econômico, apenas com progresso técnico adequado e mudanças nos padrões de produção e consumo a economia poderá crescer rumo ao desenvolvimento sustentável. Cabe agora a governos, empresas e indivíduos traduzirem em ações o conceito de economia verde.

Jorge Hargrave e Sandra Paulsen são economistas, técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61) 2026-5334